



ATA N.º 9/2020

Aos vinte e oito dias do mês de abril de dois mil e vinte, pelas quinze horas e trinta minutos reuniu a Câmara Municipal de Arraiolos, na sala de reuniões do edifício dos Paços do Concelho, em que estiveram presentes:

PRESIDENTE:

Sílvia Cristina Tirapicos Pinto

VEREADORES:

Jorge Joaquim Piteira Macau

António Francisco Correia Traguedo

Delfina Bárbara Correia dos Santos Lima

FALTOU POR MOTIVO JUSTIFICADO:

João Paulo Goulão Campos

I – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

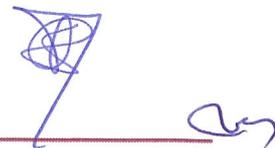
A) Proposta de aprovação de ata:

Nos termos do n.º 2 do art.º 57.º da Lei n.º 75/13, de 12 de setembro, e n.ºs. 2 e 4 do art.º 34.º do Código do Procedimento Administrativo, foi aprovada, por unanimidade, a ata nº 8, da reunião realizada a 08 do corrente mês.

Na apreciação foi dispensada a leitura por ter sido, antecipadamente, distribuída a todos os membros presentes.

B) Intervenções dos Membros do Executivo (artigo 52.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro):

A sr^a. Presidente sublinhou a importância deste ano de valorizar e defender os valores de abril, cuja comemoração foi adaptada aos tempos que vivemos, relevando a divulgação de um documentário intitulado “25 de Abril um dia para celebrar a conquista da Liberdade” com a inclusão de vários testemunhos de munícipes do concelho, o qual foi iniciado em 2019 que não tendo sido terminado a tempo, ficou previsto este ano a sua apresentação em moldes diferentes, do que aconteceu – através da



rede social, de forma a chegar ao maior número de munícipes. Referiu ainda que o documentário revela uma realidade, que muitas gerações não conheceram, considerando da maior importância dar a conhecer as dificuldades que as pessoas passaram, da censura e da falta de liberdade.

Informou ainda que a C. M. se associou ao apelo feito pela Associação 25 de Abril, tendo dos Paços do Concelho, pelas 15 horas, sido emitido a "Grândola Vila Morena" e o Hino Nacional, assim como, nas redes sociais o seu discurso alusivo à data.

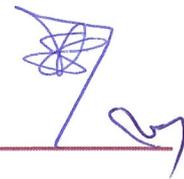
Informou que levaram a todas as localidades musica alusivas ao 25 de Abril, esperando que no próximo ano já haja condições para realizarmos a comemoração da forma habitual.

Por fim, lembrou que esta semana será o 1º. de Maio valorizando a importância que teve e continua a ter, ainda mais nesta altura, que não poderão ser esquecidos os direitos dos trabalhadores e o direito ao trabalho.

O sr. vereador Tragedo realçou a importância de ambas as datas – 25 de Abril e 1º. de Maio – recordando algumas situações vividas antes do 25 de Abril.

De seguida, focando a situação atual face ao COVID, questionou sobre os critérios adotados para a distribuição das verbas pelas IPSS; quais os apoios que a C. M. está a prever para as micro e pequenas empresas do concelho, visto ser um sector com muitas dificuldades. Perguntou ainda se está previsto mais alguma ajuda às famílias, além do que foi já divulgado relativamente ao alargamento do prazo para pagamento do consumo de água.

A srª. Presidente esclareceu que o cálculo dos subsídios teve por base as valências desenvolvidas pelas IPSS conjugado com o número de utentes associados em cada uma delas. Quanto às micro e pequenas empresas informou que a C. M. tem vindo a avaliar a situação, estando o Gabinete de Apoio ao Desenvolvimento Económico atento a todas as medias e apoios do Estado de forma a divulgar e apoiar as candidaturas. Sobre os apoios às famílias informou que a C. M. tem estado em articulação com a Segurança Social e a Misericórdia de Arraiolos, que já vêm a desenvolver esta valência com a distribuição de alimentos, fornecidos pelas Cáritas, a cerca de 80 pessoas, número que será possível aumentar. Referiu ainda que a nível da escola a C. M. em articulação com as indicações do Agrupamento de Escolas de Arraiolos, têm prestado todo o apoio necessário, nomeadamente, na entrega ao domicílio de fotocópias para a realização de trabalhos dos alunos do 2º., 3º. Ciclo e Secundário, disponibilizado a alunos sem equipamentos do 1º. ciclo computadores com internet e em parceria com as Juntas de Freguesia foram colocados computadores nas sedes das mesmas de forma a serem utilizados pelos alunos que necessitem, que até à data, se resume a um aluno em Igrejinha, dois em Vimieiro e um em S. Pedro da Gafanhoeira. Finalizou, referindo que a C. M. conjuntamente com a Comissão Municipal de Proteção Civil estão a acompanhar toda a situação e agir conforme as indicações que vão sendo emanadas pelo Governo e DGS.



II - ORDEM DO DIA

1. Presidência:

1.1. PLANO OPERACIONAL MUNICIPAL 2020:

A sr^a. Presidente deu conhecimento que a Comissão Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios aprovou passado dia 24 de abril o Plano Operacional Municipal de Arraiolos para o ano em curso, que tem como objetivo a operacionalização de todo o dispositivo da defesa da floresta contra incêndios, assumindo um auxílio de relevo no planeamento de combate aos incêndios florestais.

No documento está definido os meios, humanos, técnicos e materiais que serão utilizados nas operações de prevenção, vigilância, primeira intervenção, combate, rescaldo e pós-rescaldo, na área do Município.

Informou ainda que o Plano irá ser remetido ao Instituto de Conservação de Natureza e Florestas.

A vereação tomou conhecimento do teor do documento.

1.2. COVID-19 – CANCELAMENTO DE EVENTOS:

A sr^a. Presidente focando a situação excecional que se vive e a proliferação da COVID-19 propôs que fossem cancelados os seguintes eventos: *“O Tapete Está Na Rua 2020”*; *“Marchas Populares do Concelho de Arraiolos”* e a *“Feira de S. Boaventura”*, de forma a garantir a segurança da comunidade.

A proposta foi aprovada, por unanimidade.

Pela sr. Presidente deu ainda conhecimento do ponto da situação das medidas tomadas, entre as quais do apelo ao voluntarismo à população, para a confeção de máscaras comunitárias, cujo grupo já conta com 70 participantes, prevendo que venham a ser confeccionadas um grande número nos próximos dias.

O sr. Vereador Tragedo questionou qual o destino das mesmas se eram para entrega à população.

A sr. Presidente respondeu que ainda não está definido, no entanto serão numa primeira fase para as Associações e depois avaliarão conforme as quantidades.

2. Administrativa e Financeira:

2.1. APRECIÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA:

A Câmara tomou conhecimento do resumo diário de tesouraria datado de vinte e sete de abril de dois mil e vinte, cujo total de disponibilidades é de 1.648.899,10€ (um milhão, seiscentos e quarenta e oito mil oitocentos e noventa e nove euros e dez cêntimos), sendo: *dotações orçamentais* – 1.647.203,86€ (um milhão, seiscentos e quarenta e sete mil duzentos e três euros e oitenta e seis cêntimos) - *dotações não orçamentais* – 1.695,24€ (mil, seiscentos e noventa e cinco euros e vinte e quatro cêntimos).



2.2. RELATÓRIO DE GESTÃO E PRESTAÇÃO DE CONTAS DE 2019:

Pela sr^a. Presidente foi colocado à aprovação o relatório de gestão, os documentos de prestação de contas e o inventário dos bens e direito e obrigações patrimoniais relativos ao ano financeiro de 2019, devidamente elaborados de acordo com a legislação em vigor.

Salientou que a documentação foi enviada atempadamente a toda a vereação, de qualquer forma, destacou resumidamente algumas notas sobre a atividade desenvolvida no decorrer do ano, cuja execução do Orçamento que foi na ordem dos 87% para as receitas e 79% para as despesas, demonstrando uma grande aposta na educação, cultura e intervenções nas instalações municipais. Destacou ainda que houve um aumento do número de funcionários resultantes dos últimos procedimentos concursais e uma redução de recurso a trabalhadores CEI, que apenas apenas têm admitido quando há pedidos de trabalhadores para integração de projetos.

Informou ainda que a autonomia financeira se manteve na ordem dos 30%, muito semelhante aos anos anteriores, e, desvalorizou o resultado líquido negativo, uma vez que autarquia não se trata de uma empresa para ter lucros. Destacou a boa saúde financeira do município, que cumpre todas as regras de equilíbrio financeiro mantendo-se sem qualquer dívida a mais de 90 dias. Evidenciou ainda o aumento das despesas de capital que refletem um bom nível investimento, comprovando com a requalificação do Cine-Teatro, EB1 de Igrejinha, o relvado sintético no campo de futebol em Santana do Campo, o polidesportivo em Carrascal, os campos de padel em Arraiolos e Vimieiro, entre outros. Referiu ainda que no ano de 2019 houve um aumento das transferências do Estado, mas ainda há muito que deveria ser ressarcido às Autarquias Locais. Evocou, uma vez mais, a atenção para as rubricas que refletem a transferência do estado a nível de educação e para os encargos reais suportados pela Câmara, que justificam as tomadas de posição relativamente à descentralização das competências em matéria de educação.

Finalizando, sublinhou que o Relatório reflete uma boa saúde financeira e a continuidade de uma boa gestão CDU.

De seguida interveio o sr. Vereador Tragedo referindo que da análise feita à documentação considerou as explicações proferidas no Relatório muito fracas, que na sua ótica, comprova o referido na reunião de 17/04/2019, ou seja, a continuar esta gestão CDU a situação financeira do Município se iria agravar.

De seguida, fez um comparativo dos valores deste ano com os dois anos anteriores em que evidência o aumento substancial de ano para ano o que agrava a situação, citando os resultados operacionais que em 2017 eram já negativos no valor de 663.576,00€, em 2018 de 739.656,00€ e em 2019 de 1.020.618,00€ (negativos) e os resultados correntes que em 2017 já eram negativos no valor de 278.558€, em 2018 348.414€ negativos e em 2019 tem um excessivo aumento para 619.166€ negativos. Sobre o resultado líquido referiu que 2017 foi positivo no valor de 51.136€, mas em 2018 já foi negativo (13.142€) e em 2019



o valor disparou para 410.871€ negativos. Referiu ainda que na evolução da receita (SISA, IMI e IMT) têm baixado de ano para ano sendo revelador que a C. M. não está a captar investidores, concluindo que o concelho está sem investimento.

Chamou a atenção para o referido na página 66 em que foi feita uma regularização das existências de 51.812€ correspondendo a 6% dos custos, considerando excessivo – sugerindo um maior rigor na gestão dos stocks. Referiu ainda que os resultados do balanço não acompanha o que foi referido pela sr^a. Presidente relativamente ao aumento de investimento, pois o ativo líquido era em 2018 de 52.832€ e em 2019 de 51.938€, verificando-se, assim, uma redução significativa. Quanto ao passivo verifica-se uma redução, muito embora, não esteja ainda refletido o último empréstimo. Conclui, igualmente, que em termos de rácios a autonomia financeira continua com boa saúde financeira, mas terão que ter em atenção os resultados, como o caso, da liquidez geral que está em queda livre, pois passa de 156% para 118% A rentabilidade económica que em 2017 era de 0,16% em 2018 baixa para 0,03€ e em 2019 é negativa em 0,74%, ou seja todos os rácios têm vindo a reduzir ao longo dos últimos anos. Finalizou, referindo que perante este resultado a sua posição seria contra, estando até expectante com o parecer a emitir pelo Revisor Oficial de Contas, solicitando que lhe fosse facultado cópia quando fosse conhecido.

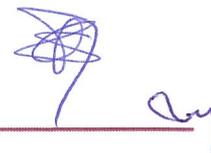
A sr^a. Presidente discordou com as conclusões do sr. Vereador, reafirmando que a C. M. não é uma empresa para ter lucros, e os resultados são reveladores de um bom desempenho da execução do orçamento.

O sr. Vereador Jorge manifestou igualmente discordância na análise apresentada pelo sr. Vereador quando considera as fundamentações do Relatório fracas, limitando-se a fazer comparativos como se fosse uma empresa quando se trata de autarquia. Finalizou referindo que os investimentos feitos estão à vista da população.

Passando-se à votação, foi a documentação aprovada, por maioria, com três votos favoráveis e um voto contra assumido pelo sr. Vereador Tragedo, devendo ser remetida de acordo com a legislação ao órgão deliberativo.

2.3. 1ª. REVISÃO AO ORÇAMENTO DA RECEITA E DA DESPESA, PLANO DE ATIVIDADES MUNICIPAIS E PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS PARA O ANO DE 2020:

Submetida a 1ª. Revisão ao Orçamento da Receita, Despesa, Plano de Atividades Municipais e Plano Plurianual de Investimentos para o corrente ano, no valor de 1.091.925,05 € (um milhão, noventa e um mil, novecentos e vinte e cinco euros e cinco cêntimos), cujo transcrição se dispensou na presente ata, ficando o documento arquivado no serviço financeiro.



A sr^a. Presidente da Câmara efetuou uma breve explicação que se resume na indicação dos reforços mais relevantes, tanto nos investimentos como nas despesas correntes.

Analisado o documento, e tendo em conta o artigo 3º-A da Lei nº 1-A/2020 de 19/03, alterada pela Lei nº 4-B/2020 de 06/04, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a revisão, devendo ser submetida a ratificação do órgão deliberativo.

3. Gestão Estratégica, Sócio Educativa:

3.1. ANULAÇÃO DE GUIAS:

Presente à reunião uma informação emitida pela chefe da DGESE em propõem a anulação das guias abaixo indicadas, uma vez que foram canceladas as atividades previstas no Arraiolos Multiusos, na sequência do Estado de Emergência – COVID 19.

- Guia nº. 19 – Maria da Paz Apolónio de Deus dos Santos – 92,25€

- Guia nº. 23 – Laura Caralinda Sabino – 92,25€

- Guia nº. 224 - Leontino Manuel Chaveiro Nogueira – 150,00€

- Guia nº. 240 – Marília do Carmo Barco Bilro Pinto – 150,00€

Após análise do assunto, a Câmara deliberou, por unanimidade, autorizar a anulação das guias de receita.

3.2. SUBSÍDIO:

Face à informação emitida pela DGESE, a Câmara deliberou, por unanimidade, atribuir à AHBVA – Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Arraiolos um subsídio de 10.000,00€, para apoio a despesas resultantes com a situação epidemiológica de emergência de saúde pública global (Covid-19)

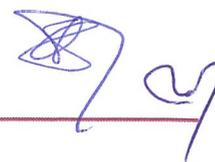
Anexa à informação constava o cabimento emitido pelo serviço financeiro com o nº. 727.

4. Gestão Urbanística:

4.1. PROJETOS DE ARQUITETURA E DE ESPECIALIDADES:

Submetido o *Processo nº. 8/2002*, em nome de Cooperativa de Construção e Habitação Económica – Giraldo sem Pavor, CRL referente à aprovação de novos projetos de arquitetura e de especialidades relativo à construção de uma moradia, na Rua das Freguesias, lote 51, em IGREJINHA.

Tendo em conta o parecer técnico do responsável da Gestão Urbanística – DAUSUA, datado de 27/04/2020, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar os projetos, dado cumprirem as obrigações legais e regulamentares aplicáveis.



4.2. PEDIDO DE INFORMAÇÃO PRÉVIA:

Apresentados à reunião os seguintes pedidos de informação prévia:

- Processo nº 3/2020, em nome de Alten Renovables Iberia, 3, S.l.u., relativo à instalação de uma Central Fotovoltaica, designada “Chainha -Arraiolos”, para produção de energia elétrica destinada à Rede Elétrica de Serviço Público, com uma potência total prevista de 35 MVA e uma área total de cerca de 70 ha, localizada nos prédios inscritos na matriz predial rústica n.º 4, secção H, designado de “Herdade da Chainha”, e n.º 23, secção I, designado de “Cabeças Ruivas”, ambos da Freguesia de Igrejinha;
- Processo nº 8/2020, em nome de Prodigy Orbit, Lda., relativo à instalação de uma Central Fotovoltaica, designada “Central Solar Mendo Marco”, para produção de energia elétrica destinada à Rede Elétrica de Serviço Público, com uma potência total prevista de 25MWp / 19MW AC e uma área total de cerca de 58ha, localizada em dois prédios rústicos, ambos localizados na União da Freguesias de São Gregório e Santa Justa, um designado de Herdade do Coval, inscrito na matriz predial rústica n.º 2, secção I, e outro designado de Herdade do Mendo Marcos de Cima, inscrito da matriz predial rústica n.º 3, também da secção I.

A Câmara deliberou, por unanimidade, viabilizar o pretendido nos pedidos, considerando que os empreendimentos poderão contribuir para a melhoria das condições sócio-económicas do concelho, no entanto, deverão ter em conta os condicionantes expostos na informação técnica.

III – APROVAÇÃO DE MINUTA:

Para que todas as deliberações possam ter efeitos imediatos, foi elaborada uma minuta, que depois de lida e colocada à votação, de acordo com o disposto no nº 4 do artº 57 da Lei 75/2013, de 12 de dezembro, foi aprovada por unanimidade.

E, não havendo mais nada a tratar foi declarada encerrada a reunião, pelas dezassete horas e quinze minutos, de que se lavrou a presente ata, que, após a sua leitura foi aprovada, por unanimidade, sendo assinada pela Srª. Presidente e por mim *Maria Manuel M. Pereira Boieiro* (Coordenadora Técnica do GRIC), que a redigi e subscrevi.

A Presidente da Câmara Municipal,

A Coordenadora Técnica,